
	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>			PROCESSO: 2701/2025
				FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA ()PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE (X)EDUCAÇÃO			RÚBRICA:

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)



1.1. Descrição do objeto: **Aquisição de materiais de suprimentos de informática para atender a Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.**

1.2 – O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT	MARCA DE REFERÊNCIA
01	Gabinete Processador Intel Core i3 12 geração ou superior, memória 16gb SSD 512 gb ou 1 Tb, Saída de vídeo HDMI, Saída de vídeo VGA, Porta RJ 45, Mínimo de 4 portas USB 2.0 e 2 portas USB 3.0, Fonte ATX 300w ou superior, Windows 11 original.	Unidade	35	Não informado	
02	Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia Tipo Conector: Usb Conectividade: Com Fio	Unidade	35	451819	
03	Mouse Computador Tamanho: Padrão Sensor: Com Esfera Tipo Conector: Usb Conectividade: Com Fio	Unidade	35	462261	
04	Monitor Computador Tamanho Tela: 23 A 30POL, Tipo De Tela: Led, Formato Tela: Widescreen, Qualidade De Imagem: Full Hd, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade, Ajuste: Com Regulagem De Altura, Alimentação: Bivolt, Garantia .	Unidade	35	Não informado	
05	Estabilizador Tensão Capacidade: 1,2KVA, Tensão Alimentação Entrada: 110/220V, Características Adicionais: Iso 9001, Rs232 Opto Acoplada, Entrada Bateria Ext, Frequência: 60HZ, Tipo: Nobreak, Processador Risc, Potência Nominal: 1200VA , Nível Ruído: < 40 A 1 MetroDB, Dimensões: 315x114x156(CxLxA)MM, Aplicação: Microcomputador, Tensão Saída: 110/220V.	Unidade	35	Não informado	





	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>				PROCESSO: 2701/2025
	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>				FOLHA: RÚBRICA:
<p align="center">()PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE (X)EDUCAÇÃO</p>					

06	Fragmentadora Papel Capacidade Fragmentação: 20 FL Tensão Motor: 110 V Dimensões Picote: 04 X 40 MM Abertura: 220 MM Capacidade Lixeira: 26 L Potência: 475 W Tipo: Elétrico Nível Ruído: 65 DB	Unidade	02	625553	
07	Impressora multifuncional laser monocromática Funções de imprimir, copiar, digitalizar e Fax; velocidade de impressão 32 PPM no modo simplex e 13 PPM no modo duplex; Interfaces USB, rede, Wi-Fi e Wi-Fi Direct; ciclo mensal 35000 páginas; resolução padrão 600 x 600 DPI; Display com tela TouchScreen de 4,3"; alimentação elétrica 120V; ADF duplex (alimentador automático de documentos) para 35 folhas; bandeja de entrada para 550 folhas.	Unidade	03	Não informado	
08	Impressora multifuncional Jato de tinta de tinta colorida Ecotank; Função: Imprimir, digitalizar, copiar; Duplex Automático, Método de impressão: Cabeça de impressão PrecisionCore; Configuração do bocal: 400 bicos pretos, Velocidade de impressão: 33 ppm em preto e 20 ppm em cores 128 bicos por cor; Tamanho mínimo da gota: 3.3 pl, com tecnologia de gota de tamanho variável; Tecnologia de tinta: Tintas de pigmento preto e corante; Resolução de impressão: 4.800 x 1.200 DPI; Visor de LCD: 2.4"; Interfaces: USB, Ethernet, WiFi, Wi-Fi Direct.	Unidade	03	Não informado	
09	Notebook Processador Intel Core i3 12 geração ou superior, Memória 8gb ou mais, SSD 512gb ou 1 Tb, Saída de vídeo HDMI, Porta RJ 45, Porta USB 2.0, Windows 11 original, Tela 15,6 polegadas, Microfone, Webcam, Teclado numérico	Unidade	20	Não informado	

2.1. ENQUADRAMENTO DOS BENS



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO
Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		<p>PROCESSO: 2701/2025</p> <p>FOLHA:</p>
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			<p>RÚBRICA:</p>
<p align="center">()PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE (X)EDUCAÇÃO</p>			

2.1.1. O material e equipamentos de informática a ser adquirido é classificado como bem comum, nos termos do art. 2º, inciso XXXII, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de itens cujas especificações seguem padrões usuais de mercado, permitindo a definição objetiva de desempenho e qualidade no edital.

Por não apresentarem alta complexidade, são amplamente disponíveis e de fácil comparação entre fornecedores. Essa classificação viabiliza a adoção de procedimento licitatório simplificado, justificando, assim, a escolha pelo modelo de aquisição de bens comuns.

Nos termos do Decreto Municipal nº 087/2023, ressalta-se, ainda, que não há bens de luxo entre os itens a serem adquiridos, conforme o disposto no inciso I do mesmo dispositivo.

2.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e do Decreto Municipal nº 087/2023.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

3.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.



4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. **Interesse público:** A aquisição de equipamentos de informática atende diretamente ao interesse público, pois contribui para a melhoria dos serviços prestados à população. Com a modernização dos recursos tecnológicos, é possível garantir maior eficiência nos processos internos, aumentar a segurança das informações, reduzir custos operacionais e agilizar o atendimento às demandas. Esses investimentos refletem positivamente na qualidade da gestão pública, promovendo um serviço mais eficaz, transparente e acessível aos cidadãos.

4.2. **Metodologia do Quantitativo:** A metodologia utilizada foi elaborada por meio de memorial de cálculo, com o uso de planilhas de quantitativo por unidade escolar.

4.3. **Justificativa do Quantitativo Solicitado:** As quantidades foram fundamentadas na previsão de aquisição ao longo de um ano. O quantitativo foi calculado com base na reposição e substituição de equipamentos e materiais que se encontram em condições reduzidas de funcionamento, podendo ser descartados por serem antigos e desatualizados.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 2701/2025 FOLHA: RÚBRICA:
	TERMO DE REFERÊNCIA <input type="checkbox"/> PMTM <input type="checkbox"/> SOCIAL <input type="checkbox"/> SAÚDE <input checked="" type="checkbox"/> EDUCAÇÃO		

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 72/2025 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

5.2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, com base nas informações do DFP (Documento de Formalização de Demanda), que embasou as bases para a elaboração deste Termo de Referência.

5.2.2. A aquisição de materiais e equipamentos de informática é essencial para garantir a continuidade das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares de toda a Rede de Ensino do Município de Trajano de Moraes. O fornecimento adequado desses materiais é fundamental para o bom funcionamento das instituições, permitindo que os servidores públicos, educadores e alunos desenvolvam suas funções com eficiência e qualidade.

5.2.3 Os materiais de informática incluem itens e suprimentos essenciais para o desempenho das atividades administrativas diárias e também são cruciais para a promoção de um ambiente de ensino-aprendizagem eficaz, contribuindo para a formação e o desenvolvimento dos alunos.

5.2.4 A contratação de material de informática justifica-se com base em vários fatores:

5.2.5 **Atendimento à Demanda:** A Secretaria Municipal e as escolas precisam atender à demanda por materiais, seja pelo consumo natural decorrente das atividades educacionais, seja pela variação das tarefas que exigem a utilização desses insumos. Tais fatores contribuíram para a escassez imprevista de diversos itens, agravada pela ausência de processos licitatórios desde o ano de 2024, o que justifica a imperiosa e emergencial necessidade da contratação ora discutida.

5.2.6 **Qualidade do Ensino:** A oferta de recursos apropriados e de boa qualidade é um elemento essencial para o aprimoramento do ensino. Materiais educacionais atualizados e variados favorecem práticas pedagógicas mais eficazes e estimulam o processo de aprendizagem dos estudantes.



5.2.7 **Eficiência Administrativa:** A ausência de materiais e equipamentos de informática adequados pode prejudicar a execução eficiente das atividades da Secretaria Municipal de Educação, afetando diretamente a gestão pública e comprometendo a transparência e a prestação de contas à população.

5.2.8 **Promoção da Inclusão:** A oferta de recursos pedagógicos variados contribui para a inclusão de todos os estudantes, considerando as diversidades e necessidades educacionais, e incentivando uma educação mais justa.

5.2.9. Para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços, recomenda-se a aquisição de fornecimento de materiais e equipamentos de informática por meio de Sistema de Registro de Preços com vigência de 12 meses, contemplando especificações técnicas padronizadas, logística reversa ambientalmente adequada e controle de estoque integrado ao sistema educacional, em conformidade com o art. 11 da Lei 14.133/2021. Essa estratégia reduz riscos de paralisação, assegura a segurança dos usuários e otimiza recursos públicos.

Por fim, o SRP mostra-se útil para a administração, pois, além de procurar atingir preços mais vantajosos ao longo da vigência da Ata de Registros de Preços, permite a aquisição segundo a necessidade da Secretaria, conforme art. 3º do Decreto Federal 11462/23. Logo, justifica-se o uso do SRP – Sistema de Registro de Preços considerando a flexibilidade desta modalidade de contratação, visando atendimento das



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 2701/2025 FOLHA: <hr/> RÚBRICA:
	TERMO DE REFERÊNCIA			
	<input type="checkbox"/> PMTM <input type="checkbox"/> SOCIAL <input type="checkbox"/> SAÚDE <input checked="" type="checkbox"/> EDUCAÇÃO			

demandas previamente levantadas/identificadas e eventuais demandas extras além da conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A contratação visa à aquisição de materiais e equipamentos de informática, pelo período de 12 meses, para atender à Secretaria Municipal de Educação e às escolas de Trajano de Moraes. Devido à ausência de planejamento da gestão anterior, a medida é urgente para garantir a continuidade dos serviços. A escolha do Pregão Eletrônico com SRP proporciona transparência, economia e eficiência. O mercado demonstra capacidade de atendimento com qualidade. A proposta está alinhada ao interesse público e à legislação vigente.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos materiais fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas de fornecimento aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

6.5. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): A empresa será responsável pelas informações técnicas dos equipamentos, tendo em vista que essas informações são necessárias para sua adequada utilização.

6.6. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será aplicado.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Sustentabilidade:



7.1.1 A aquisição de equipamentos e materiais de informática pela Administração Pública deve observar requisitos técnicos, legais e de sustentabilidade, considerando não apenas a eficiência e a compatibilidade tecnológica dos bens, mas também os impactos ambientais e sociais decorrentes de sua aquisição e uso.

É imprescindível que os produtos a serem adquiridos possuam certificações que atestem sua conformidade com normas ambientais, tais como o uso de materiais recicláveis, o consumo eficiente de energia e a menor geração de resíduos. Além disso, deve-se priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos e logísticos, promovendo a economia circular e a responsabilidade socioambiental.

A durabilidade, a possibilidade de manutenção e a viabilidade de atualização dos equipamentos constituem critérios igualmente relevantes, na medida em que evitam o descarte precoce, reduzem custos com substituições frequentes e ampliam a vida útil dos bens.

A inclusão de critérios sustentáveis nos procedimentos de aquisição pública contribui para a redução dos impactos ambientais, incentiva a inovação responsável no setor produtivo e fortalece políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, a Administração Pública cumpre seu papel institucional



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 2701/2025 FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA ()PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE (X)EDUCAÇÃO		RÚBRICA:

como indutora de boas práticas, promovendo não apenas a eficiência administrativa, mas também o respeito ao meio ambiente e à sociedade.

7.1.2 Indicação de marcas ou modelos: Não será exigido.

7.1.3 Da vedação de contratação de marca ou produto: Não será exigido.

7.1.4 Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7.1.5 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021);

8.1. O prazo para entrega dos materiais será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada. Sempre que for emitida uma nova guia de entrega, será observado o mesmo prazo estipulado.

8.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências da **Secretaria Municipal de Educação, situada à Praça Waldemar Magalhães, nº 01 – Centro – Trajano de Moraes – RJ**, de Segunda à sexta-feira, conforme planilha, horários e dias posteriormente comunicados.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).



9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Em razão da previsão de fornecimento de entrega imediata, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas nos



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 2701/2025 FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA <input type="checkbox"/> PMTM <input type="checkbox"/> SOCIAL <input type="checkbox"/> SAÚDE <input checked="" type="checkbox"/> EDUCAÇÃO		RÚBRICA:

termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. Garantir que a aquisição dos materiais e equipamentos solicitados produzam os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da aquisição.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para a aquisição, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades Educacionais e cumpra os planos traçados, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal do futuro contrato:** Leonardo Rezende Fagundes – matrícula: 4016
- **Gestor do futuro contrato:** Leonardo Rezende Fagundes – matrícula: 4016

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.



13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

13.1. A aquisição do objeto será realizada através de Sistema de Registro de Preços?
(X) SIM ou () NÃO

13.1.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 2701/2025 FOLHA: <hr/> RÚBRICA: <hr/>
	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p> <p align="center">()PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE (X)EDUCAÇÃO</p>		

mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

13.1.2 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

13.1.3 A aquisição ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4 A Secretaria Municipal de Educação durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.1.4 Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por estar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. A presente aquisição visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Educação. A opção por entrega fracionada justifica-se pela necessidade de adequar o fornecimento à real demanda dos serviços, evitando assim desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais precisa e eficiente.

a. Economicidade e Eficiência: A entrega fracionada dos materiais permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos serão realizados conforme o consumo real. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, uma vez que se evita a imobilização de recursos financeiros em estoques desnecessários.

b. Ajuste à Demanda Variável: A demanda da entrega dos materiais pode variar ao longo do período de fornecimento, seja em função de variações no número de consumo no período. A possibilidade de ajuste no fornecimento de acordo com a demanda permite maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.



c. Melhoria na gestão de recursos: A fragmentação das entregas contribui para uma melhor gestão dos recursos, tanto humanos quanto materiais, pois permite um planejamento mais detalhado e o acompanhamento constante das necessidades e dos estoques. Além disso, evita o armazenamento de materiais que poderia ocorrer caso fossem adquiridos em grandes quantidades sem a devida necessidade.

d. Conformidade Legal e Transparência: A adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela legislação vigente. A fragmentação das entregas, além de proporcionar uma melhor adequação às necessidades do serviço público, reforça o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e a transparência das ações administrativas.

Assim, a presente solicitação de aquisição, com entrega fracionada, é uma medida estratégica e necessária para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a prestação dos serviços públicos com qualidade, responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.

13.1.5 O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 2701/2025 FOLHA: <hr/>
	TERMO DE REFERÊNCIA		
	() PMTM () SOCIAL () SAÚDE (X) EDUCAÇÃO		
			RÚBRICA: <hr/>

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO

DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

14.1. A aquisição do objeto está fundamentada nos pressupostos do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

14.2. Forma de fornecimento: O fornecimento do objeto será integral e continuado, com entregas em atendimento a demanda, por período.

14.3. Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Da Habilitação Jurídica

14.4. No caso de Empresa Individual:

a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

14.5. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subseqüentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

14.6. No caso de sociedade civil.

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

14.7. No caso de empresa estrangeira.

a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

14.8. No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;

b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital,

14.9. No caso de microempreendedor individual:

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

14.10 No caso de consórcio de empresas:

a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;



b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 2701/2025
			FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
<input type="checkbox"/> PMTM <input type="checkbox"/> SOCIAL <input type="checkbox"/> SAÚDE <input checked="" type="checkbox"/> EDUCAÇÃO			

f) A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

14.1.1 Em todos os casos:

a) Declaração Conjunta - **Anexo V**.

Da comprovação da qualificação técnica

14.1.2 No mínimo 01 (um), atestados de capacidade técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços iguais e/ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação dos serviços.

14.1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

14.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

14.1.5 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, com base no art. 63, §§2 e 3º e 67, VI da Lei nº 14.133/21.

Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

14.1.7 a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

14.1.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.1.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.2.5. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

14.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



Da Habilitação Econômico-Financeira

14.2.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

14.2.8. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

14.2.9. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 2701/2025
	TERMO DE REFERÊNCIA			FOLHA: RÚBRICA:
() PMTM () SOCIAL () SAÚDE (X) EDUCAÇÃO				

comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

15.1. Consórcios

- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;
- c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

15.2. Cooperativas

- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

16. SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 254.100,96** (Duzentos e cinquenta e quatro mil, cem reais e noventa e seis centavos), conforme planilha com preços unitários constante no **Anexo I do EDITAL**.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

- 18.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):



SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Educação	10011212200241009	44905200	17040000	01
	10011236100211002	44905200	17040000	14
	10011236500221018	44905200	17040000	48
	10011236100212010	33903000	15730000	24
	10011236500222063	33903000	15730000	72

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Conforme explanado constata-se que a solução mais adequada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, é a realização de certame licitatório, visando o atendimento da necessidade da Secretaria de Educação, minimizando os efeitos de uma escassez dos materiais no estoque.

- 19.2 O critério utilizado será o de menor preço unitário, por meio de Pregão Eletrônico, regido pelo Sistema de Registro de Preços.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>			PROCESSO: 2701/2025 FOLHA: <hr/> RÚBRICA:
	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
	<p align="center">()PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE (X)EDUCAÇÃO</p>			

20. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:

Anexo I – Memória de Cálculo

Anexo II – Planilha de divisão de materiais por setores.

<p>Encaminha-se o presente Termo de Referência para ciência e análise do (a) Secretário (a) da pasta. Este Núcleo de Planejamento informa que o referido Termo, foi realizado de acordo com as informações apresentadas no DFD (Documento de Formalização de Demanda), elaborado pela Secretaria solicitante.</p> <p>Trajano de Moraes, 13 de junho de 2025.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p> <p>Jorge Silva de Souza Mat: 3999</p>	<p align="center">De acordo com Termo de Referência.</p> <p align="center">Lia Márcia Matoso dos Santos Secretária Municipal de Educação</p>
--	---

